

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JÉSSICA REIS DE SOUZA

**A ASSINATURA DOS ACORDOS DE ABRAÃO COM ISRAEL EM 2020 COMO
UMA FERRAMENTA DE AUMENTO DO STATUS INTERNACIONAL DOS
EMIRADOS ÁRABES UNIDOS**

BRASÍLIA

2023

JÉSSICA REIS DE SOUZA

**A ASSINATURA DOS ACORDOS DE ABRAÃO COM ISRAEL EM 2020 COMO
UMA FERRAMENTA DE AUMENTO DO STATUS INTERNACIONAL DOS
EMIRADOS ÁRABES UNIDOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Graduação do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Vânia Carvalho Pinto.

BRASÍLIA

2023

SOUZA, Jéssica Reis de

A Assinatura Dos Acordos De Abraão Com Israel Em 2020 Como Uma Ferramenta De Aumento Do Status Internacional Dos Emirados Árabes Unidos / Jéssica Reis de Souza - Brasília, 2023.26f.

Dissertação apresentada ao Programa de Graduação do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vânia Carvalho Pinto.

1. Emirados Árabes Unidos; 2. Israel; 3. Acordos de Abraão; 4. Busca de Status 5. Oriente Médio

AGRADECIMENTOS

À Universidade de Brasília por ter me acolhido durante esses cinco anos de graduação e me disponibilizado os meios e as direções para que essa fase fosse concluída com sucesso.

À minha família pelo encorajamento e apoio durante toda a minha trajetória acadêmica, sem vocês nada disso seria possível.

À minha orientadora Prof.^a Dr.^a Vânia pela gentileza com a qual aceitou me guiar nesse processo, pela dedicação com a qual conduziu esse trabalho e pela paciência que teve com o meu desenvolvimento durante todo esse período.

RESUMO

Os Emirados Árabes Unidos são um pequeno país do Golfo Árabe que tradicionalmente se porta como um seguidor da grande potência da região, Arábia Saudita, em sua política externa. Todavia, recentemente esse comportamento tem se alterado e o país assume uma postura cada vez mais assertiva e de liderança em seus assuntos tradicionais. Este trabalho se propõe a analisar, em particular, a assinatura dos Acordos de Abraão com Israel, país que possui conflito histórico com diversas nações árabes para as quais os Emirados Árabes pretende se mostrar um líder. Para isso, o referencial teórico utilizado será a Busca de Status que oferece explicações para o comportamento de Estados quando não há ganhos imediatos evidentes para as suas ações, como é o caso da assinatura dos acordos.

Palavras-chave: Emirados Árabes Unidos; Israel; Acordos de Abraão; Busca de Status; Golfo Árabe.

ABSTRACT

The United Arab Emirates is a small Gulf Arab country that has traditionally acted as a follower of the region's great power, Saudi Arabia, in its foreign policy. However, recently this behavior has changed and the country has taken an increasingly assertive and leadership stance in its traditional affairs. This work aims to analyze, in particular, the signing of the Abraham Accords with Israel, a country that has a historical conflict with several Arab nations for which the UAE intends to prove itself a leader. For this, the theoretical framework used will be Status Seeking, which offers explanations for the behavior of States when there are no obvious immediate gains for their actions, as is the case with the signing of these agreements.

Keywords: United Arab Emirates; Israel; Abraham Accords; Status Seeking; Arabian Gulf.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Relação entre os códigos elaborados.....	20
Tabela 2 Categorias.....	22

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. MÉTODOS E METODOLOGIA.....	7
3. A BUSCA POR STATUS NA SOCIEDADE INTERNACIONAL.....	10
3.1. O papel do Status nas Relações Internacionais dos pequenos Estados.....	10
3.2. Caminhos para a obtenção e a elevação do Status Social.....	11
4. EAU E A BUSCA POR STATUS, UM NOVO PODER REGIONAL.....	15
4.1. Análise das informações: desenvolvimento dos códigos.....	20
4.2. O acordo como estratégia de criatividade social.....	23
5. CONCLUSÃO.....	25
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	27

1. INTRODUÇÃO

Os Emirados Árabes Unidos (EAU) são um pequeno Estado do Golfo Árabe, considerado a segunda maior potência da região, a seguir à Arábia Saudita. Conta com 9,441,129 habitantes - dos quais apenas 10% são nacionais - e um PIB de US\$507.53 bilhões¹. Um exemplo de sua grandeza, é que no ano de 2022 o país alcançou a 17ª posição no ranking de maiores PIBs *per capita* do mundo². O país ficou à frente inclusive da China e da Arábia Saudita, países que constavam na lista das 20 maiores economias do mundo no mesmo ano.³

Como afirma Vânia Carvalho Pinto (2014), historicamente, a política externa dos EAU foi caracterizada por um comportamento de *follower*, ou seguidor das demais grandes potências da região. Mais recentemente, relativamente à Arábia Saudita; embora no passado esta também tenha sido relevante, conjuntamente com países como o Egito e o Iraque. Entretanto:

"Nos últimos anos, o envolvimento dos EAU na política regional do Médio Oriente tem sido caracterizado por um grau invulgarmente elevado de visibilidade e assertividade, o que contrasta com um posicionamento tradicionalmente mais discreto." (Carvalho Pinto, 2014, p.231, tradução nossa).

Este trabalho se propõe a estudar os motivos que levaram os *Emirados* a aparentemente descartar a sua política tradicional, discreta e seguidora, particularmente na decisão de assinar o Acordo de Abraão. O Acordo consiste num tratado regional bilateral com Israel, assinado em 2020 e que agitou a mídia não especializada que não havia acompanhado a aproximação gradual entre os dois países (Fulton; Yellinek, 2021, p. 499). O grande impacto com o qual a assinatura desse acordo foi recebida se deve, principalmente, ao fato de anteriormente a ele, nenhum país árabe, além do Egito e da Jordânia, ter formalizado relações com Israel, sobretudo em razão da Iniciativa de Paz Árabe de 2002. A Iniciativa, encabeçada pela Arábia Saudita e aceita pelos Estados da Liga Árabe⁴ previa que qualquer normalização de relações com Israel fosse adiada até

¹ BM - Banco Mundial. United Arab Emirates, 2022. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/country/AE>>. Acesso em: 3 de out. de 2023.

² FMI - Fundo Monetário Internacional. GDP *per capita*, current prices, 2022. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/datamapper/NGDPDPC@WEO/WEOWORLD>>. Acesso em: 23 de nov. de 2023.

³ id., GDP, current prices, 2022. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/datamapper/NGDPD@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOWORLD>>. Acesso em: 28 de nov. de 2023.

⁴ Argélia, Bahrein, Catar, Comores, Djibuti, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Marrocos, Mauritânia, Omã, Palestina, Síria, Somália, Sudão e Tunísia. MRE,

que o último alcançasse um tratado de paz com a Palestina. Embora os EAU já mantivessem relações com o Estado de Israel, essa foi a primeira vez em que elas foram publicizadas (Singer, 2021, p. 449). Outro fator que causou estranheza quanto ao acordo é que a sua política e atitude em relação ao Estado foram em grande parte influenciadas pelo equilíbrio de poder do momento da sua criação em 1971, que era anti-Israel, e que permaneceu na sociedade *Emirati* por muitas gerações (Fulton; Yellinek, 2021, p.505).

Ademais, o Estado judaico já se envolveu em diversos conflitos com nações árabes, como é o caso do veto geral a suas mercadorias que ficou conhecido como Boicote da Liga Árabe a Israel, iniciado em 1945. Nesse ano, alguns Estados árabes (Egito, Síria, Líbano, Jordânia, Iraque e Arabia Saudita)⁵ - os EAU ainda não existiam enquanto país - iniciaram um boicote contra bens e serviços sionistas produzidos no território da Palestina, que na época estava sob o controle da Grã-Bretanha. O motivo principal para o Boicote foi a política implantada no decorrer do mandato britânico sobre a região, que durou de 1923 a 1948. Durante esse período, foi facilitada a imigração em massa de judeus, que entre outros motivos, fugiam da perseguição nazista na Europa. No território, que já era 90% ocupado por árabes palestinos, houve o confisco de terras por parte dos britânicos e mudanças na política regional com a chegada dos novos judeus e tais fatores levaram a uma reação dos palestinos e de outras nações árabes. Entre as formas de resistência se encontrava o Boicote.⁶

Em 1971, quando os EAU foram fundados, o boicote das nações árabes a Israel já havia se expandido até mesmo para nações ou companhias que tivessem simpatizantes sionistas em seu corpo executivo (Weiss, 2007, p.2). Pouco tempo depois, uma das primeiras leis promulgadas pelo novo país em 1972 foi, justamente a Lei Federal nº15⁷ que institucionalizou o boicote formal de Israel. Contudo, é interessante questionar a extensão desse boicote na vida real.

2014. Disponível em:

<<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/mecanismos-internacionais/mecanismos-inter-regionais/liga-dos-estados-arabes>>. Acesso em: 3 de out. de 2023.

⁵ MÁIQUEZ, Miguel. Carta fundacional de la Liga Árabe (1945). Recortes de Oriente Medio. Disponível em: <<https://recortesdeorientemedio.com/carta-fundacional-de-la-liga-arabe-1945/>>. Acesso em: 3 de out. de 2023.

⁶ EXAME. Israel-Palestina: entenda como começou este conflito histórico centenário, 2023. Disponível em:

<<https://exame.com/mundo/israel-palestina-entenda-como-comecou-este-conflito-historico-centenario/>>. Acesso em: 30 de out. de 2023.

⁷ EMIRADOS ÁRABES UNIDOS. Lei Federal nº15 de 1972. Disponível em: <<https://perma.cc/M7UT-VAHQ>>. Acesso em: 30 de out. de 2023.

No ano de 2013, a quantidade de mercadoria exportada de Israel para os EAU em 2013, foi de aproximadamente US\$20.815.000,00⁸. Contudo, o site oficial de dados sobre o comércio *Emirati* só exibe transações com Israel a partir de 2020⁹, ano da assinatura do acordo. A natureza contrária ao Boicote dessas transações ficaria clara pela diferença entre as estatísticas comerciais apresentadas por Israel e as apresentadas por diversas nações árabes, que optam por não declarar suas importações israelitas criando essa assimetria entre os dados (Rotunno; V'ezina, 2016, p.5). Outrossim, se o Acordo foi realmente inovador, é importante lembrar que além de ambos os Estados nunca terem se enfrentado diretamente em uma guerra, Israel nunca declarou seu novo parceiro como inimigo do Estado, embora os EAU o tenham feito¹⁰ (Singer, 2021, p.449).

Os Acordos de Abraão recebem esse nome em homenagem ao profeta homônimo que é comum às culturas judaica, cristã e árabe dominantes nos países signatários. Entre outras prescrições, prevê que ambos os estados seguirão as orientações da Carta das Nações Unidas e os princípios da lei internacional, particularmente respeitar a soberania um do outro (Abraham Accords, 2020, p.1-2) - aqui se destaca o reconhecimento da existência do Estado de Israel pelos EAU¹¹, país que "têm-se apresentado, tanto a nível internacional como nacional, como um modelo a ser seguido por outros países da região do Oriente Médio" (Carvalho Pinto, 2014, p. 231).

Os Estados Unidos da América (EUA) também participaram das tratativas atuando como anfitrião, testemunha e patrocinador das negociações. Dentro desses papéis, o país fez algumas promessas ao governo dos EAU, mas não foram detalhados os ganhos dos EUA ao apoiar a negociação. De forma breve, o acordo prevê que o país

⁸ Valores somados pela autora. OEC. Israel / United Arab Emirates. Disponível em: <<https://oec.world/en/profile/bilateral-country/isr/partner/are?dynamicBilateralTradeSelector=year2013&depthSelector=HS2Depth&dateAvailableSelectorCountry1=exportDateCountry1Available4>>. Acesso em: 28 de nov. de 2023; TRADE MAP. Bilateral trade between Israel and United Arab Emirates. Disponível em:

<https://www.trademap.org/Bilateral_TS.aspx?nvpm=1%7c376%7c%7c784%7c%7cTOTAL%7c%7c%7c2%7c1%7c1%7c2%7c2%7c1%7c1%7c1%7c1%7c1>. Acesso em: 4 de dez. de 2023.

⁹ BAYANAT. Datasets - UAE Open Data Portal. Disponível em: <<https://trd.economy.ae/trd/pdfreport/pdf?lang=EN&country=376&fromTV=2010&toTV=3000&fromTGB=2010&toTGB=3000&fromACV=2010&toACV=3000&year=2017&limit=5¤cy=1&catfilter=287>>. Acesso em: 28 de nov. de 2023.

¹⁰ The Foreign Policy of the United Arab Emirates, 1989, p.175, apud, ULRICHSEN, 2016, p.3.

¹¹ Em 2020 Egito e Jordânia eram os únicos países da região que reconheciam Israel enquanto um Estado. G1. Entenda por que a aproximação entre Israel e Emirados Árabes é importante. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/08/13/entenda-por-que-a-aproximacao-entre-israel-e-emirados-arabes-e-importante.ghml>>. Acesso em: 4 de dez. de 2023.

norte americano se juntará às partes para lançar uma "Agenda Estratégica para o Oriente Médio" que não foi especificada, mas que não faz parte do acordo, e que tratará dos mais diversos temas regionais, como diplomacia, comércio, estabilidade e outras cooperações a fim de avançar a paz, estabilidade e a prosperidade (Abraham Accords, 2020, p.3). Todavia, a entrevista dada pelo jornalista israelense Amir Tibon ao podcast do jornal Haaretz¹² que trata sobre a participação da Arábia Saudita na convenção pode ajudar a compreender as motivações do país norte americano ao participar dessa empreitada.

De acordo com Tibon, ao contrário do que possa parecer, as principais partes nesses acordos são os EUA e os países do Golfo Árabe. Caso Israel ou algum outro estado vizinho receba algum benefício oriundo desse tratado, essa será uma questão secundária. O principal interesse dos EUA estaria no petróleo produzido na região, que pode impulsionar a economia estadunidense. Outro possível benefício para o país, seria o afastamento da China, seu principal adversário econômico e político, que já iniciou sua aproximação com diversos países árabes. Agora, resta buscar uma motivação para a assinatura dos Acordos de Abraão por parte dos Emirados Árabes Unidos. Nesta pesquisa, será utilizado o conceito de status social, termo da sociologia emprestado às Relações Internacionais.

De acordo com Weiss e Fershtman (1998, p.802), ações individuais dentro de uma sociedade são reguladas por um complexo sistema de recompensas e punições, que podem ser das mais variadas naturezas, como monetária, social ou emocional. De forma geral, cada ciência tende a usar como explicação a recompensa ou punição que esteja mais próxima do seu ramo de estudo. Por exemplo, a Economia, buscará no dinheiro suas explicações, já a Sociologia, nos ganhos sociais. Mas justamente por essa distância usual entre as áreas, os autores buscaram demonstrar a aplicação de conceitos da Sociologia em assuntos econômicos, especificamente, o conceito de Status Social.

Status social pode ser definido como um ranqueamento de indivíduos, ou grupos em uma determinada sociedade, baseado em crenças coletivas sobre suas características, posses e ações. Diferentes membros de uma mesma sociedade talvez classifiquem seus indivíduos em posições distintas, mas isso não compromete a utilidade do conceito. O interesse geral nesse ranqueamento como um fator de explicação para o comportamento

¹² HAARETZ. Israelis and Saudis Have More to Talk About Than They Realize. Disponível em: <<https://www.com/israel-news/podcasts/2023-10-04/ty-article-podcast/israelis-and-saudis-have-more-to-talk-about-than-they-realize/0000018a-fa29-d85f-afcf-fb7dff580000>>. Acesso em: 9 de nov. de 2023.

desses mesmos membros vem da observação empírica de que há uma concordância substancial entre diferentes membros sobre a posição relativa de certos indivíduos e é isso que dá força de incentivo ao mecanismo. Isto é, embora países diferentes se vejam uns aos outros de forma diversa, ainda há considerável similaridade nesses julgamentos e daí a força desse aparato (Weiss; Fershtman 1998, p.802).

Dado o caráter coletivo dessas percepções, elas são muitas vezes utilizadas para determinar quais serão os direitos, obrigações e padrões de respeito antecipados pelos Estados em relação aos demais, assim como expectativas sobre o comportamento de um Estado em relação a um par dominante ou dominado (Neumann, p.4, 2014). Geralmente, as crenças nas quais a atribuição de status é baseada têm raízes nos valores atribuídos a recursos materiais e imateriais, tais quais: riquezas, capacidade coercitiva, cultura, posição demográfica, organização sócio-política e influência diplomática (Larson; Paul e Wohlforth, p.7, 2014).

O acordo assinado entre Israel e EAU não detalha quais serão os ganhos adquiridos pelo último. Trata apenas em linhas gerais sobre áreas de cooperação¹³ e diplomacia (a normalização das suas relações, a obediência aos princípios da carta das Nações Unidas, o estabelecimento de embaixadas, busca de paz e estabilidade, entre outros). No entanto, sabe-se que haverá ganhos econômicos e militares para as partes - EUA, Iraque e EAU - que serão consequência não direta da assinatura do tratado (Abraham Accords, 2020, p.2-3).

Portanto, aplicação do conceito de Status Social é propícia nesse caso empírico, uma vez que:

"Normalmente, não há uma contrapartida clara. Os indivíduos parecem preocupar-se com a sua classificação e a estima dos outros, mesmo que eles não obtenham benefícios econômicos claros, e estejam dispostos a respeitar os outros e a modificar o seu comportamento em conformidade, sem receber qualquer benefício direto" (Weiss; Fershtman 1998, p.802, tradução nossa).

A investigação se dará em três grandes capítulos. No primeiro, será apresentada a proposta metodológica para o exame empírico da assinatura dos Acordos; No segundo, será feita a apresentação do principal conceito utilizado, Status Social, e a sua

¹³ Finanças e Investimento; Vistos para Aviação Civil e Serviços Consulares; Inovação, Comércio e Relações Econômicas; Assistência médica; Ciência, Tecnologia e Usos Pacíficos do Espaço Exterior; Turismo, Cultura e Esporte; Energia; Ambiente; Educação; Arranjos Marítimos; Telecomunicações e Correios; Agricultura e Segurança Alimentar; Água e Cooperação Jurídica. (Abraham Accords, 2020, p.2-3).

busca na sociedade internacional por parte de pequenos Estados. E, no terceiro, como a nova postura assumida pelos EAU, de *follower* para líder regional, se traduz na busca por status internacional através da assinatura do acordo.

2. MÉTODOS E METODOLOGIA

Neste trabalho, como metodologia, se empregará o estudo de caso qualitativo, pois satisfaz as quatro premissas apresentadas pelos autores para o seu uso : **a.** o foco do estudo está em responder questões do tipo “por que”: Por que os Emirados aparentemente descartaram a sua política tradicional, discreta e seguidora, e assinaram Acordos de Abraão com Israel em 2020? **b.** Não se pode manipular o comportamento dos envolvidos no caso; **c.** A pesquisadora deseja cobrir condições contextuais porque acredita que elas sejam relevantes para o fenômeno estudado na pesquisa. As fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claras: o referencial teórico utilizado prevê uma intersecção entre a ascensão desejada pelo país (contexto) e as suas decisões políticas, ou seja, assinar os Acordos de Abraão com Israel (fenômeno) (Baxter; Jack, 2008. p.545.).

Como método de coleta de informações será utilizada a revisão bibliográfica. Na bibliografia, serão utilizadas fontes primárias como pronunciamentos de líderes Emiratos, Israelenses, Estadunidenses e de outros países árabes, assim como matérias de jornais internacionais. Como fonte secundária, literatura acadêmica sobre o tema.

Para a análise das informações coletadas, será utilizado o método qualitativo de codificação indutivo-dedutivo. Baseado na codificação, tal abordagem dá ao pesquisador a liberdade de propor explicações próprias para o seu objeto de estudo sem que perca o amparo de bibliografias já consolidadas. No Método Qualitativo de Codificação Indutivo-Dedutivo a influência do Referencial Teórico, de forma dedutiva, acontece gradativamente em conjunto com a coleta de dados. Tal característica permite que a pesquisadora possa explorar os dados inicialmente de forma indutiva e não se tornar indiferente a nuances subtis presentes nas informações coletadas (Radivojevic; Kalpokaite, 2019, p.48).

A maioria dos investigadores qualitativos, enxergam o envolvimento simultâneo na coleta e na análise de dados como fundamental para o desenvolvimento da sua investigação. Aliado a esse comportamento, o acadêmico também deveria possuir uma capacidade chamada de *Sensibilidade Qualitativa*. O pesquisador deveria se interessar pelo processo e pelo significado acima da causa e do efeito do evento investigado. Ademais, deveria ser capaz de pensar criticamente sobre os dados coletados, se abstraindo do seu invólucro cultural e desenvolvendo uma capacidade de receber dados e refletir sobre eles simultaneamente, desde o início da sua coleta (Braun; Clarke, 2013,

p. 5-6). O conceito também é muito próximo ao de reflexividade que discute a importância do pesquisador sempre ponderar sobre as razões que o conduzem durante a pesquisa, uma vez que:

"Não existem abordagens neutras ou de maior ou menor objetividade, mas sim diferentes abordagens. A escolha de autores de referência, de temas, a predeterminação de métodos são ações que refletem o pensamento e a orientação do autor." (Oliveira; Piccinin, 2008, p.96).

Quanto à execução da análise, de acordo com Kalpokaite e Radivojevic (2019, p.49), a Análise de Informações pode ser dividida em quatro ciclos: Ciclo de Inspeção, Ciclo de Codificação, Ciclo de Categorização e Ciclo de Modelação.

No primeiro deles, Ciclo de Inspeção, serão criados códigos¹⁴ baseados nos temas recorrentes na literatura abordada. Aqui os textos serão analisados de forma quantitativa. A priori, não é necessário se preocupar com o significado profundo dos termos e é feita uma coleta dos que forem mais recorrentes e chamarem a atenção da pesquisadora durante a leitura. Depois de coletados, os códigos serão separados em categorias criadas pela pesquisadora.

Já no segundo ciclo, chamado de Ciclo de Codificação, os dados começam a ser analisados com maior atenção ao seu significado. Esse ciclo pode ainda ser dividido em três passos, a fim de facilitar sua execução. O primeiro passo é chamado de Pré-Codificação e nele os termos são selecionados em função do interesse que a pesquisadora lhes atribui. Posteriormente, esses termos devem ser separados em categorias de significados semelhantes, o que nos levará ao próximo passo, a Codificação Inicial. Dentro de cada categoria criada no primeiro ciclo, códigos, ou termos diferentes, com significado próximo serão reunidos em um só, a fim de simplificar a pesquisa. Nessa fase é interessante começar a refletir sobre os códigos de forma intuitiva, sem ainda se apoiar no referencial teórico, que será utilizado posteriormente. Ainda nessa fase, também é possível realizar a codificação *In Vivo* (Radivojevic; Kalpokaite, 2019, p.51-52).

A codificação *In Vivo* é aquela que preserva de forma literal as palavras usadas pelos participantes da pesquisa. A título de exemplo, se um participante diz "pr'eu" ao invés de "para eu", o primeiro termo, "pr'eu", será o código. Esse tipo de codificação

¹⁴ "Palavras ou frases curtas que atribuem simbolicamente um atributo somativo, saliente, de captura de essência e/ou evocativo para uma porção de dados visuais ou baseados em linguagem." (SALDAÑA, 2013, p.3)

pode ser usado na maioria dos estudos qualitativos, mas é especialmente indicado para estudos etnográficos de um grupo em particular, como sociedades nativas de uma região ou jovens que, geralmente, possuem uma forma própria de se expressar. O principal mérito desse tipo de codificação seria preservar e dar importância à voz dos participantes (Saldaña, 2013, p.91).

A partir do terceiro passo, chamado de Codificação Elaborativa, se inicia a fase com maior influência dedutiva da análise e o referencial teórico, Status Social, ganha maior proeminência. A partir dos textos que fazem parte do referencial teórico deve-se, também, fazer uma lista com os termos mais importantes e recorrentes e criar categorias de significado. As categorias poderão e serão refeitas nos próximos ciclos. Essas categorias servirão para confrontar os dados previamente coletados e decidir se eles se enquadram na teoria escolhida. E nesse passo se encerra o ciclo de Codificação. (Radivojevic; Kalpokaite, 2019, p.52).

O terceiro ciclo é chamado de Ciclo de Categorização e se dedica à revisão das categorias criadas até então. Nesse ciclo categorias sobrepostas são revistas e reduzidas e separadas por temas. O primeiro passo é a Codificação Focada que fará a ponte entre as fases indutiva e dedutiva da análise de informações. Essa é uma etapa mais avançada de procura de similaridades. Nela, deve-se pesquisar similaridades conceituais entre os códigos encontrados e é comum que alguns códigos se tornem nomes de categorias. A leitura das informações deve ser refeita, mas desta vez, se atentando a como os dados podem se encaixar nas categorias criadas. Nesta etapa é muito importante se atentar ao referencial teórico para que ele guie quais serão os códigos catalogados durante a pesquisa. Também é importante que a rede de conceitos se torne explícita e compreensível (Radivojevic; Kalpokaite, 2019, p.53).

O quarto e último ciclo da análise de informações é o Ciclo de Modelação. Nessa fase, será elaborado o quadro conceitual final, que já foi confirmado pela análise empírica. Ele corresponde a uma imagem mais abrangente da investigação e deve corresponder de forma fiel aos dados e aos resultados encontrados. Já é possível tirar conclusões sobre o tema estudado e é com base nele que a apresentação final da pesquisa será organizada, finalizando, assim, a análise dos dados coletados. Também é necessário que os códigos propostos contenham uma história plausível, de acordo com o estado da arte e que responda à pergunta de pesquisa (Radivojevic; Kalpokaite, 2019, p.54).

3. A BUSCA POR STATUS NA SOCIEDADE INTERNACIONAL

3.1. O papel do Status nas Relações Internacionais dos pequenos Estados

Vânia Carvalho Pinto (2019) considera que “Status” é um elemento crucial do relacionamento entre atores internacionais:

"Sendo um conjunto de crenças partilhadas sobre a posição relativa de cada país, o Status determina quem recebe o quê, quando e em que condições. Como percepções que são colectivamente sustentadas, estas opiniões ajudam a clarificar os direitos, obrigações e padrões de deferência que um Estado pode antecipar, bem como as expectativas existentes em termos do comportamento de alguém em relação a Estados dominantes ou subordinados." (Larson, Paul; Wohlforth 2014, p.7, 20-21, 25; Neumann 2014, p.85-114; apud Carvalho Pinto, 2019, p.348).

Uma vez obtido, o Status pode ser convertido em influência, poder de determinação de agenda, acesso ou até mesmo benefícios materiais. Não diferentemente de uma poupança, pequenos Estados podem executar ações que aumentarão seu "capital de prestígio", e eles podem, por vezes, recorrer a esse capital para promover o interesse nacional. Sendo assim, um sujeito que possui elevado Status Social espera ser tratado favoravelmente pelos demais com quem possa envolver-se em relações sociais e econômicas. Este tratamento favorável pode assumir diversas formas como: transferência de bens mercantis, não mercantis, autoridade (ceder a posição de líder para o indivíduo de Alto Status), mudança de comportamento (como a cooperação) ou atos simbólicos (tais como mostrar respeito) (Jakobsen; Ringsmose e SaxI, 2018, p.257). Devido à possibilidade de receber essas recompensas, cada indivíduo procura aumentar o seu status social através da afiliação a grupos, investimentos em ativos (incluindo capital humano e social) ou prestando atenção em suas ações para que estejam em conformidade com a ordem estabelecida (Weiss; Fershtman 1998, p.802).

Infelizmente, a maioria das pesquisas feitas sobre Status nas Relações Internacionais (RI) ainda trata sobre a busca de Status por parte dos grandes Estados, mesmo que pequenos países, como os EAU, tendam a priorizar ainda mais a sua busca em suas políticas. Contudo, a proliferação de Estados após a Segunda Guerra Mundial, assim como o estabelecimento de relações dos demais com os mesmos, forçou que a atenção se voltasse para a política desses países menores. Esse movimento trouxe consigo algumas vantagens e desvantagens. Enquanto existe o benefício óbvio de lidar com os protagonistas da Política Internacional, o foco nesses grandes atores pode trazer

uma visão um tanto glamourizada e distorcida dos acontecimentos estudados. Em contrapartida, ao passo que o estudo de pequenos Estados possam vir acompanhada de um ar menos exuberante, existe a dificuldade em estudar o papel daqueles que são muitas vezes objetos e não sujeitos das ações investigadas (Holbraad, 1971, p.77).

As ferramentas utilizadas por grandes Estados para demonstrar seu poder, como exibições militares e armas nucleares, geralmente, não se encontram à disposição das pequenas potências. Ademais, ao contrário das grandes potências, os pequenos Estados não têm seu status assegurado e, por isso, dão maior importância à obtenção da ferramenta, o que constitui mais um fator de encorajamento para a busca de Status. Por consequência, a forma encontrada por pequenos Estados para aumentar seu status é ser útil aos grandes, tendo em vista que "o status de grande potência significa ser um estado a ser respeitado; o status de pequeno poder significa ser notado ou visto" (Neumann, 2014, p.1-2).

Pequenos Estados, devido às suas limitações militares e econômicas, procurarão por Status onde puderem fazê-lo pacificamente. Como Kang e Wohlforth (2009, p.7) notam, devido à ausência de uma autoridade que confira Status aos demais países, se tornar um membro do clube das Grandes Potências pode ser um processo conflituoso. Depois de 1600, época do estabelecimento das Grandes Potências europeias, pouquíssimos Estados alcançaram o status desejado sem ingressar em uma guerra. Todavia, essas dificuldades não se traduziram em uma apatia por parte desses Estados menores, como nota Kofi Annan, secretário-geral da ONU:

"É fácil para as pequenas nações sentirem-se intimidadas pelas forças globais que atuam nas nossas vidas hoje [...] Os grandes países com enormes forças de trabalho, recursos naturais abundantes, arsenais de armamento de alta tecnologia e frotas de técnicos especializados e negociadores podem parecer ter todas as vantagens [...] gostaria de afirmar o contrário com a maior firmeza possível. A minha longa experiência nas Nações Unidas mostrou-me que os pequenos Estados do mundo são [...] mais do que capazes de se defenderem. Eu chegaria ao ponto de dizer que as suas contribuições são a própria cola da cooperação internacional progressista para o bem comum." (Annan, 1998, tradução nossa)

3.2. Caminhos para a obtenção e a elevação do Status Social

O Status pode ser obtido através da associação com um grupo específico e compartilhado com todos os membros desse mesmo grupo sem levar em conta as características particulares de cada membro. Assim sendo, as ações de cada parte também afetarão o Status Social de todo o grupo. Por esse motivo, grupos de Status tendem a regular a entrada e o comportamento individual de cada um de seus integrantes (Larson; Shevchenko, 2019, p.5; Weiss; Fershtman, 1998, p.802).

Os Estados podem seguir estratégias variadas para alcançar status, dependendo tanto da abertura dos clubes de elite quanto da semelhança de seus valores com os dos poderes estabelecidos. Larson e Shevchenko (2014, p.2) argumentam que um Estado pode tentar ascender na hierarquia internacional de três principais formas: a) mobilidade social, b) competição social e c) criatividade social. A escolha de uma estratégia em detrimento de outra depende das crenças do grupo sobre a permeabilidade de entrada no grupo mais alto, bem como da segurança (estabilidade e/ou legitimidade) da hierarquia de Status. Se as barreiras de um grupo de maior status forem permeáveis, um grupo de menor status pode seguir a alternativa de Mobilidade e tentar se conformar aos seus valores, normas e práticas para se encaixar, assim como fazem as pessoas. Entre estados, uma prática de Mobilidade Social que pode ter, entre outras motivações, evitar a subjugação a outras potências. (Larson; Shevchenko, 2019, p.5-6).

A Mobilidade Social foi usada por países, como Alemanha e Japão após a Segunda Guerra Mundial, a fim de obter a admissão no grupo dos "Estados Civilizados". Muitas vezes, foi necessário transcender a identidade nacional em nome de princípios e costumes dos grupos pretendidos, assim como outros países da Europa Oriental e Central fizeram após o fim da Guerra Fria. Mesmo após adentrarem esses grupos, a União Europeia ou o Fundo Monetário Internacional, por exemplo, esses Estados continuaram a buscar o aumento de seu Status Social. Dessa vez, contudo, segundo o contexto de seus novos grupos, como a Polônia que busca aumentar seu Status Social dentro da União Europeia se tornando parte do "Triângulo Weimar". Um grande problema da estratégia de Mobilidade Social é que a nação aspirante ao Status de maior potência terá que se submeter a um papel de aprendiz e o ato de emular o comportamento de outra potência também pode ser prejudicial à criação de uma identidade distinta (Larson; Shevchenko, 2019, p.6-7). Ademais, essa estratégia raramente é bem sucedida, pois depende da disposição dos grandes em aceitar novos integrantes (Carvalho Pinto, 2019, p. 349). A fim de determinar se um Estado está utilizando estratégias de Mobilidade Social, pode-se observar se o mesmo replica

valores ou normas das instituições dos Estados dominantes, o que pode ser feito, inclusive, por grandes potências (Larson; Shevchenko, 2019, p.7).

A segunda estratégia apontada pelos autores, a Competição Social, se dá quando um Estado tenta se colocar na posição de outro que esteja melhor posicionado. Essa estratégia geralmente é utilizada quando as barreiras para novos membros são impermeáveis e o status de elite não é assegurado. A posição hierárquica de um país é considerada instável quando seus pares em posições inferiores do sistema internacional a consideram ilegítima, injusta, assim como passível de mudança. Um exemplo de aplicação dessa estratégia é o comportamento do Japão na década de 1930. O país já havia tentado aumentar seu status através da Mobilidade Social ao reconhecer a lei internacional, defender a China e a Rússia em inúmeras guerras e adotar padrões de comportamento da civilização ocidental. Entretanto, mesmo com todos esses esforços, os migrantes japoneses continuaram a ser tratados como uma raça inferior em outros países e seus diplomatas foram tratados como pertencentes a um nível inferior durante a Conferência de Versailles. A partir de 1931, o Japão adota a Competição Social e enxerga no anti-Ocidentalismo e na força militar o caminho para a ascensão social (Larson; Schevchego, 2019, p. 7-8).

Já na terceira estratégia, Criatividade Social, o Estado que pleiteia uma nova colocação, tenta encontrar um campo no qual ele se destaque ou re-significar características negativas como positivas. Um exemplo dessa manobra seria a tentativa do Brasil de se mostrar um país seguro para o turismo LGBTQIA+¹⁵, grupo minoritário e vítima de preconceito. Caso os demais países do sistema internacional aceitem essa colocação e, principalmente, não se sintam ameaçados por essa ascensão, o movimento será realizado com sucesso (Larson; Schevchego, 2014, p.3). A criatividade social também está associada ao reforço do “soft power” de um Estado através da mediação

¹⁵ SANTIAGO, Amanda. Camara de Comércio e Turismo LGBT do Brasil. Disponível em: <<https://camaralgbt.com.br/brasil-esta-entre-os-paises-mais-seguros-para-o-turista-lgbt-e-configura-na-2a-posicao-na-america-latina/>>. Acesso em 17/11/2023; Embratur. Maior Parada do Orgulho do mundo coloca o Brasil em destaque na rota do turismo LGBT+. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/diplomatas/discursos/discurso-da-alta-representante-para-temas-de-genero-do-ministerio-das-relacoes-exteriores-ministra-vanessa-dolce-de-faria-por-ocasio-da-abertura-do-seminario-2019-relacoes-internacionais-politica-externa-e-genero-reflexoes-em-homenagem-a-maria-jose-de>>. Acesso em: 17/11/2023.

diplomática e à assunção de um papel proeminente nas organizações internacionais (Larson; Schevchego, 2010, p.12), como é o caso da assinatura dos acordos

Vale destacar que a essência desta consiste em destacar a singularidade e as diferenças de um Estado em relação aos seus pares (Lazzari, 2020, p.40). Como Larson e Shevchenko (2010, p.69) salientam, grupos têm múltiplas características que devem ser avaliadas, de modo que as comparações entre eles não precisam ser competitivas. A disponibilidade de comparações multidimensionais estaria, portanto, subjacente à criatividade social.

4. EAU E A BUSCA POR STATUS, UM NOVO PODER REGIONAL

O objetivo principal deste trabalho é responder à pergunta: Por que os Emirados aparentemente descartaram a sua política tradicional, discreta e seguidora, e assinaram Acordos de Abraão com Israel em 2020? A inquietação que levou a esse questionamento nasce do fato de haver alguns aparentes prejuízos oriundos dessa assinatura, principalmente relativos à ambição dos EAU de se tornarem um modelo de comportamento para outros países do Oriente Médio, uma vez que:

"Não se pode ainda deixar de se debruçar sobre a questão da Palestina e quais as repercussões no Mundo Árabe, já que a aliança com Israel não é vista com bons olhos e chega a sinalizar uma traição para o povo palestino" (Vasconcelos, 2023, p. 2).

Ulrichsen, enxerga uma falta de clareza acerca do processo da Política Externa dos Emirados Árabes Unidos e a sua aproximação militar com outras potências, entre elas os Estados Unidos da América, que são parte importante do acordo. Segundo o autor:

“Abundam as perguntas sobre o progresso na condução da política externa dos Emirados Árabes Unidos. Nem a intervenção militar no Iêmen nem o bloqueio do Qatar tiveram resultados claros e conclusivos e, no entanto, expuseram o país a represálias do Irã e de grupos pró-iranianos, em parte devido à percepção de um estreito alinhamento entre os Emirados Árabes Unidos – e a Arábia Saudita – e o governo de Donald Trump [...]” (Ulrichsen, 2020, p. 246).

Entretanto, vale ressaltar que a ajuda militar pregressa provida pelos *emiratis* aos EUA resultou de fato em alguns ganhos. Após enviar ajuda militar e humanitária para a intervenção da OTAN no Afeganistão de forma contínua, os EAU foram reconhecidos pelo governo estadunidense como um país aliado e digno de confiança. Posteriormente, passaram a liderar ações militares conjuntas com os EUA, sendo o único país a lograr tal feito (Carvalho Pinto, 2017, p.310). Ainda sobre a essa aliança sobre o Afeganistão, é interessante perceber também era difícil apontar ganhos imediatos e diretamente oriundos da sua execução, assim como ocorre com os Acordos de Abraão. Quanto a isso, pondera Vânia Carvalho Pinto (2017, p.299):

“[...] por que é que os EAU, mesmo correndo o risco de incorrer em animosidade doméstica e regional, decidiram participar nas operações da OTAN. Que os EAU têm interesse na manutenção da segurança regional; na estabilização do Afeganistão (considerando que conta entre os seus residentes com um número grande de afegãos); e em prevenir o terrorismo – são ideias

praticamente autoevidentes. Mas os EAU, à semelhança de outros países, poderiam simplesmente assumir o posicionamento de free rider e se beneficiar do empenho de outros na manutenção da segurança na sua região. Acredito, todavia que a razão pela qual isso não aconteceu remete à problemática da busca de status internacional por parte dos EAU”.

Logo, motivações para a assinatura do acordo por parte do governo Emirati devem residir em teorias que considerem ações que não acarretem em ganhos imediatos, mas sim de prazo mais longo como é o caso da teoria de busca por Status (Weiss; Fershtman, 1998, p.802). Como afirma Duque (2018, p. 578) explicações alternativas, como o poder de relacionamento de uma nação, associadas às tradicionais, como nível de riqueza de um país, podem trazer explicações muito mais satisfatórias sobre o Status social de um país. Pois, ainda de acordo com o autor, a atribuição de status a um Estado depende fortemente das suas relações e apenas indiretamente dos seus atributos.

Outros autores também discorreram quanto à necessidade de buscar recursos alheios aos tradicionalmente aclamados pelas teorias de Relações Internacionais, como poder bélico e econômico. Como afirma Benjamin de Carvalho (2011, p.298), existe uma diferença entre Estado Poderoso e Grande Potência e ela reside basicamente no reconhecimento por parte de outros países. Mesmo que não haja dúvidas sobre a capacidade econômica de um país ou sobre o seu poderio militar, esses recursos não se traduzem automaticamente em um maior status, sendo preciso para tal, buscar o reconhecimento dos demais. Portanto, a questão central é como converter posses de diferentes tipos em influência. Mesmo que o status não possa ser reduzido a um fenômeno material, existe uma ligação entre o ambiente material e a política de status. Quando os atores sociais adquirem recursos, procuram convertê-los em algo que tem mais valor para eles do que a mera posse de bens materiais, ou seja, Status social. Neste capítulo, veremos exemplos dessa manobra por parte dos EAU durante a assinatura do acordo.

Os EAU não têm dificuldades em serem reconhecidos como um país rico e poderoso¹⁶, todavia, ainda não são reconhecidos como parte do grupo de elite da

¹⁶ G1. Quais são os 10 países mais ricos do mundo?. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/01/29/quais-sao-os-10-paises-mais-ricos-do-mundo.ghtml>>. Acesso em: 18 de nov. de 2023; Global Finance. Richest Countries in the World 2023. Disponível em: <<https://gfmag.com/data/richest-countries-in-the-world/>>. Acesso em: 18 de nov. de 2023; Estadão. Ranking classifica as maiores forças aéreas do mundo e Brasil fica em 15º lugar; confira lista. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/internacional/quais-as-maiores-forcas-aereas-do-mundo-brasil-tem-13-forca-aerea-confira/>><<https://gfmag.com/data/richest-countries-in-the-world/>>. Acesso em: 18 de nov. de 2023.

sociedade internacional¹⁷. Destarte, o governo iniciou nas últimas duas décadas uma série de projetos para demonstrar publicamente sua superioridade em diversas áreas. A começar pela mudança no perfil dos líderes do país.

A mudança na política externa dos EAU é particularmente clara ao se comparar a atual assertividade do país com a sua postura durante as primeiras décadas após a independência. Nesses anos iniciais o país *Emirati* se concentrou fundamentalmente em assuntos relacionados a si próprio ou ao Golfo Árabe e quando se envolvia nesses assuntos regionais, optava por seguir as diretrizes definidas pela Arábia Saudita. Sendo assim, nesse primeiro momento, os Emirados Árabes Unidos não podiam ser considerados um ator interventor no cenário internacional ou, até mesmo regional, fato que mudou após as Primaveras Árabes de 2010-2011 (Guirado; Terán, 2023, p.78), como mesmo afirma Ulrichsen:

"A gestão e orientação da política externa nos EAU, a federação de sete emirados dominada por Abu Dhabi e Dubai, mudaram irrevogavelmente nos quinze anos desde a morte do fundador [...], em 2004. Uma nova geração de decisores políticos, liderada pelo príncipe herdeiro de Abu Dhabi, Mohammed bin Zayed Al Nahyan, conseguiu criar um perfil assertivo e cada vez mais intervencionista para os EAU na região e assuntos internacionais" (Ulrichsen, 2020, p.241).

Entre as mudanças observadas, há uma preocupação cada vez menor com uma identidade nacional árabe-islâmica, que gradualmente dá espaço para a busca de uma identidade nacional *Emirati* (Carvalho Pinto, 2014, p.239), condições propícias para que o governo direcionar mais esforços para o desenvolvimento do próprio país e não da região como um todo. Todas essas alterações são acompanhadas, também, por mudanças na própria sociedade nacional *Emirati*, que não vê mais a aproximação com Israel de forma tão negativa:

"Nos últimos anos, tem havido uma mudança notável, tanto na sinalização oficial como entre uma geração mais jovem de Emirados que atingiu a maioria numa atmosfera política marcadamente diferente do MENA, especialmente desde as revoltas árabes. As percepções de ameaça regional, [...], estão enraizadas em questões de preocupação partilhada com Israel, e isto tornou mais fácil para os jovens dos *Emiratis* perceberem o país como um potencial colaborador no tratamento de questões como a expansão iraniana e o Islã político" (Fulton; Yellinek, 2021, p.505)

¹⁷ SANTOS, Stephani dos. Grupo dos 8 ou G8: tudo o que você precisa saber. Politize! Disponível em: <<https://www.politize.com.br/grupo-dos-8-ou-g8/>>. Acesso em: 4 de dez. de 2023.

Contudo, este trabalho pondera que mudanças na liderança e na sociedade nacional não são suficientes para explicar a decisão de assinar publicamente um acordo com Israel, país historicamente tido como inimigo das nações árabes. E para explicar tal realidade seria necessário buscar razões no nível sistêmico, busca por status.

Um dos pontos que mais diferencia a assinatura dos acordos em 2020 de políticas pregressas dos EAU foi a sua alta divulgação. Devido, também, a essa característica, sugere-se que essa seja uma política de busca de status, como destaca Vânia Carvalho Pinto ao tratar de outra política *Emirati*, mas que também teve um grau ímpar de publicidade elevada:

"Considero estas proclamações oficiais como indicativas de uma estratégia de sinalização de status. Na verdade, a série de documentos e proclamações oficiais em língua inglesa que foram emitidos sobre este tema e a sua ampla divulgação, bem como os objetivos espetaculares que o governo estabeleceu, mostram que os EAU estão a tentar atrair a atenção internacional." (Carvalho Pinto, 2019, p.347, tradução nossa).

Ainda é importante salientar que essa busca promovida pelos EAU não se dá de forma dispersa. Este artigo sugere que se trata de uma estratégia de Criatividade Social, que consiste em tentar estabelecer superioridade em uma área nova. O Estado em questão pode re-significar um traço negativo como positivo - o relacionamento de uma nação árabe com Israel - ou ainda, identificar uma nova área na qual é melhor do que os grupos já estabelecidos- o primeiro Estado do Golfo Árabe a normalizar relações com Israel (Carvalho Pinto, 2017, p.309). A Criatividade Social pode ser usada para acumular prestígio com base em capacidades diferentes daquelas que são em regra associadas às de uma Grande Potência, como capacidade militar ou econômica. Essas capacidades alternativas podem ser, liderança regional, influência diplomática, taxa de crescimento econômico, realizações culturais ou empreendedorismo normativo (formular normas sociais)¹⁸. Para que essa estratégia seja bem sucedida, o grupo de Alto Status deve aceitar a nova medida de valor como positiva e reconhecer que o grupo de status mais baixo verdadeiramente se destaca nesta dimensão. Para que a operação aconteça com mais certeza, geralmente, deve-se assegurar que o grupo mais elevado manterá sua posição de liderança de forma legítima e estável (Larson; Schevchego, 2014, p.3).

¹⁸ BENNER, Thorsten. O Brasil como um empreendedor normativo: a Responsabilidade ao Proteger. Revista Política Externa. v.21, n.4, 2013, p.41. Disponível em: <https://www.gppi.net/media/Benner_2013_Brasil-Responsabilidade-ao-Proteger.pdf>. Acesso em: 20 de nov. de 2023.

As capacidades do poder brando (*soft power*), que são aquelas que não compreendem recursos tangíveis como dinheiro e armamentos, como é o caso da criatividade social, vão muito além da influência e, embora possa ser usado com esse propósito, ele ainda pode ser convertido em capacidade de atrair e liderar (Nye, 2002, p.9-10). De acordo com Friedrich Maier (2016, p.10) em uma interpretação dos estudos de Nye sobre o poder, o poder bélico e o poder econômico são formas de poder duro (*hard power*), que podem ser utilizados para induzir mudança de posição no plano internacional, por meio da coerção. Há, ainda, uma forma menos direta de exercer poder, que ocorre por meio da definição da agenda internacional e da capacidade de moldar as preferências dos atores: é o chamado poder brando (*soft power*), que tende a estar associado a recursos de poder intangíveis, como cultura, ideologia, instituições e o nível de prosperidade. Assim, um país pode obter os resultados desejados na política mundial, porque outros países desejam segui-lo.

Para um país pequeno, como os EAU, o poder brando se mostra como uma alternativa mais interessante de obter status internacional. Embora faça investimentos massivos na sua capacidade de defesa¹⁹ os EAU ainda não se equiparam às maiores potências mundiais em capacidade militar²⁰. "Ser visto por outros [...] como um país confiável e responsável é particularmente importante para países que não dispõem de *hard power*, e cujo exercício de poder é essencialmente relacional" (Carvalho Pinto, 2017, p.301).

Estados que desfrutam de altos níveis de prestígio, ou ocupam posições elevadas no ranqueamento do status social, desempenham um papel ativo na comunidade internacional e atuam como importantes interlocutores em negociações multilaterais; são respeitados por seus aliados, muitas vezes, independentemente de suas capacidades materiais. Por essa razão, são frequentemente convidados para negociações de alto nível, nas quais conseguem avançar objetivos e interesses próprios (Clunan, 2014, p. 275). De forma semelhante, ao aceitar assinar o tratado, os EAU foram convidados a dialogar diretamente com os EUA - uma das maiores potências globais em termos econômicos, militares e culturais - sem que necessariamente se assemelhasse ao país em

¹⁹ International Trade Administration. United Arab Emirates Defense. Disponível em:

<<https://www.trade.gov/country-commercial-guides/united-arab-emirates-defense#:~:text=The%20UAE%20armed%20forces%20include,two%20years%20in%20Abu%20Dhabi>>. Acesso em: 26 de nov. de 2023.

²⁰ Wisevoter. Military Size by Country. Disponível em:

<<https://wisevoter.com/country-rankings/military-size-by-country/#:~:text=Foreign%20Relations-,Introduction,1.39%20million%20military%20personnel%20respectively>>. Acesso em: 26 de nov. de 2023.

suas capacidades. E se ainda não são claros o suficiente os ganhos posteriores à assinatura do acordo, pode-se ainda recorrer à interpretação de Holmes sobre essa empreitada ao falar sobre a responsabilidade que os EAU tentaram mostrar ter sobre a segurança palestina:

“Os Emirados Árabes Unidos podem querer se apresentar como o protetor árabe da Palestina, arrastando Israel de volta à beira de anexar ilegalmente mais territórios palestinos. No entanto, o fato é que não tem nada a ver com os palestinos e seus interesses. Os Emirados Árabes Unidos apreciaram, embora nos bastidores, as recompensas associadas à colaboração militar, de inteligência e técnica com Israel há anos (Holmes, 2020)”²¹.

Para mais, existem autores que até mesmo sobrepõem a importância das relações de um Estado as suas capacidades materiais, dizendo que:

“o prestígio, e não poder, é a moeda corrente das Relações Internacionais, assim como a autoridade é a característica central da organização da sociedade doméstica (...) [O] prestígio tem uma importância enorme, pois se sua força for reconhecida, um país pode geralmente atingir seus objetivos, sem ter de empregá-la” (Gilpin, 1981, p. 45 apud LAZZARI, 2020, p.17)

4.1. Análise das informações: desenvolvimento dos códigos

A fim de determinar se a assinatura dos Acordos pode ser interpretada como uma sinalização por status, partiu-se para o processo de análise qualitativa exposto no Item 2 deste documento. Inicialmente, todos os materiais utilizados como referencial teórico foram carregados em um só documento Word e, depois, esse documento foi carregado para o site [Linguística da Insite](#). Nesse site, foram contabilizados o número de vezes que cada palavra aparecia nesse conjunto de textos. Posteriormente, a autora selecionou os códigos que lhe pareciam mais significativos para o referencial e os dispôs na coluna mais à esquerda da Tabela 1. Em seguida, os Acordos de Abraão na íntegra e os textos de jornais e outros acadêmicos que tratavam da sua assinatura foram transferidos para um outro documento Word e esse, por sua vez, foi carregado para o mesmo endereço. De forma semelhante, a autora selecionou entre os termos mais comuns aqueles que mais chamavam a sua atenção e os dispôs na terceira coluna da

²¹ Sabe-se que após a assinatura dos acordos a troca de informações militares ente Israel e EAU cresceu. Barrington, Lisa; Williams, Dan. UAE, Israeli ministers pledge defence cooperation. Reuters. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-israel-emirates-defence/uae-israeli-ministers-pledge-defence-cooperation-idUSKBN25L1XP/>. Acesso em: 4 de dez. de 2023.

Tabela 1, como pode-se verificar abaixo, onde também consta a frequência ou número de vezes que cada termo aparece em cada conjunto de documentos:

Tabela 1: Relação entre os códigos elaborados²²

Referencial Teórico		Acordo e suas interpretações	
Código	Frequência	Código	Frequência
status	828	accords	183
states	416	states	85
social	224	relations	77
individuals	163	countries	68
group	138	normalization	60
attributes	112	cooperation	53
powers	169	parties	53
relations	112	minister	42
recognition	101	diplomatic	38
economic	81	region	38
embassies	81	security	37
power	76	support	30
society	65	economic	26
network	45	political	24
diplomatic	41	ties	24
resources	40	relationship	21
status-seeking	39	development	17
wealth	37		
material	37		
policy	26		

Fonte: elaboração própria, 2023.

Após a elaboração da primeira tabela, iniciou-se o processo de criação de categorias. Nessa etapa, foram geradas pela autora categorias que fossem capazes de amalgamar os códigos de ambas as bases de dados pela proximidade do seu significado.

²² Foram reunidos em um só código substantivos e seus plurais, assim como substantivos e seus derivados.

Quatro categorias foram criadas para comportar códigos com significados semelhantes. A primeira delas, Atores, reúne aqueles que seriam responsáveis por colocar em prática a estratégia de busca de status, no caso dos textos do referencial teórico, ou por assinar os Acordos de Abraão, no caso do tratado em si ou dos textos relacionados a ela. Como se pode notar, em ambos os casos os Estados são entendidos como responsáveis pela execução da ação, o que varia é o termo utilizado para se referir a eles.

Em seguida há a segunda categoria, Interesses, que abarca os interesses apontados por cada conjunto de textos. Embora nessa categoria não se possa apontar um interesse único e apenas o termo *economic* ou econômico aparece em ambas as colunas, após a leitura cuidadosa de ambas as bases de dados, entendeu-se que os códigos *wealth* ou riqueza e *material* ou material podem ser agrupados junto ao termos *development* ou desenvolvimento, uma vez que o mais recorrente desenvolvimento citado no tratado é o desenvolvimento econômico, visão corroborada pelo restante da bibliografia. O termo material tem ainda outra conotação no referencial teórico, que é a de poder material, que engloba além do dinheiro, capacidade militar, por isso, o termo também, está próximo do código *security* ou segurança, muito presente no tratado.²³

Na categoria ambiente, agrupou-se os meios nos quais a busca de status e da assinatura do acordo se dariam e, em ambas as leituras pode-se perceber que aconteceria por meio das relações. Assim como o referencial teórico afirma sobre a busca de status, a assinatura dos Acordos de Abraão depende fortemente da atuação diplomática, e da ligação com outros países.

A quarta e última categoria trata das ferramentas pelas quais o acordo foi forjado e pelas quais o status social pode ser buscado. Em ambos os casos há forte necessidade da atuação política e de órgãos do governo federal. Além disso, recursos relacionais são de extrema importância em ambos os casos. Todas essas informações estão sintetizadas abaixo na Tabela 2:

Tabela 2: Categorias

Categoria	Códigos Ref. Teórico	Códigos Acordos e relacionados
-----------	----------------------	--------------------------------

²³ Embora o acordo não fale diretamente sobre a aquisição de armas por parte dos EAU, sabe-se que “simultaneamente ao debate no Congresso sobre o F-35, Washington continuou a vender equipamentos para Israel e Emirados Árabes Unidos desde setembro de 2020, com a assinatura dos Acordos de Abraão” (Sanchez, 2022, p.27).

Atores	states, individuals, group, powers	countries, regional, states, parties
Interesses	status, power, status-seeking, economic, wealth, material	security, support, economic, development
Ambiente	social, relations, network, recognition, diplomatic	relations, diplomatic, ties, relationship
Ferramentas	attributes, embassies, policy, resources	normalization, accords, cooperation, minister, political

Fonte: elaboração própria, 2023.

A similaridade entre os significados dos textos do referencial teórico e a bibliografia referente aos Acordos de Abraão nos permitem dizer que esse é um marco teórico adequado para a sua avaliação. Para mais, a Tabela 2 nos permite fazer algumas interpretações. Por exemplo, nem os Acordos, nem as suas interpretações abordam diretamente a busca de status como um possível interesse, mas abordam exaustivamente os ganhos oriundos desse tipo de estratégia, como ganhos econômicos e reconhecimento internacional. Pode-se inferir, portanto, pelo alto grau de similaridade entre os termos das duas colunas que a assinatura do acordo é uma estratégia de busca de status, embora os seus executores não o desejem assumir, por quaisquer que sejam os motivos. Após constatar que essa é sim uma tentativa de angariar status social, resta saber de qual tipo: Mobilidade Social, Competição Social ou Criatividade Social, como veremos na seção seguinte.

4.2. O acordo como estratégia de criatividade social

Ao se consolidar como a primeira potência do Golfo Árabe normalizar relações com Israel, os EAU criam para si um espaço onde não há disputa e que pode ser porta de entrada para muitos benefícios. Não há um ranking estabelecido para esse tipo de competição, daí a criatividade, e há ainda o bônus de que nenhuma potência já estabelecida se sentirá ameaçada pela nova colocação, visto que não havia sequer competidores nela. A assinatura do acordo por parte do país preenche vários pré-requisitos para que seja considerada uma estratégia de criatividade social por parte do país, a começar pelas suas capacidades.

Os EAU são um país pequeno e que, embora faça altos investimentos em capacidade de defesa, não possui renda ou armamentos suficientes para empreender

uma tentativa de competitividade social. Para além disso, não havia instabilidade em 2020 quanto à colocação dos demais países no ranking global para que essa tentativa fosse empreendida, tornando a estratégia de Competitividade Social inviável. Em contrapartida, há a ressignificação das relações com Israel de danosas para proveitosas.

Como se viu anteriormente, grande parte da execução da estratégia de Criatividade consiste em afirmar e salientar as diferenças do estado que pleiteia a nova posição em relação a seus pares (Lazzari, 2020, p.40). No caso dos EAU, o país fez questão de destacar como era importante deixar para trás antigas rivalidades com o país vizinho e aproveitar as muitas vantagens que viriam com o relacionamento entre seus pares da Liga Árabe e Israel. E caso os demais países do sistema internacional aceitem essa nova colocação, o que parece estar acontecendo, essa ascensão social será bem sucedida²⁴. (Vasconcelos, 2023, p.64-65). Ainda é importante ressaltar que a estratégia de Criatividade Social não prevê necessariamente a competição. Como grupos possuem inúmeras características que podem ser avaliadas, pode-se fazer a comparação em diversas áreas que, sequer, se interseccionam.

Quanto à estratégia de mobilidade social, essa transição não será considerada como parte do acordo pois, além de ser raramente bem sucedida, uma vez que os países líderes não querem abandonar essa posição e como a estratégia de Criatividade Social encontrou semelhanças suficientes com a estratégia utilizada pelos EAU.

²⁴ Larson; Schevchego, 2014, p.3.

5. CONCLUSÃO

A análise das Relações Internacionais, de uma forma geral, tem muito a crescer ao se utilizar paradigmas alheios aos clássicos já utilizados na disciplina, principalmente ao tratar de casos pouco estudados, como é o caso da atuação de pequenos países do Sistema Internacional (SI) que são geralmente tratados como meros objetos da Política Internacional. Com essa pesquisa, espera-se ter conseguido clarificar os motivos que levaram os Emirados Árabes Unidos (EAU) a assinarem os Acordos de Abraão com Israel em 2020: uma forma de aumentar o seu status no SI e ainda, utilizando a estratégia de Criatividade Social.

Embora muitas reportagens e até mesmo textos acadêmicos afirmem que não houve ganhos relativos à assinatura do tratado, a revisão bibliográfica feita para esse trabalho foi capaz de demonstrar que mesmo que o tratado não previsse recompensas imediatas pela sua assinatura, elas vieram graças ao novo posicionamento alcançado pelo país. O que mostra como o status pode ser uma ferramenta poderosa para a obtenção de ganhos por parte de uma nação, principalmente daquelas que não têm à sua disposição *hard powers* como os das grandes potências.

Ao assinar os acordos, os EAU alcançaram o Status de primeiro e único país do Golfo Árabe a normalizar relações com Israel e com intermédio dos Estados Unidos da América (EUA) e mesmo que já comercializasse com Israel anteriormente, a assinatura do tratado ajudou a alavancar esse valor. Justamente após a assinatura do acordo, o país árabe passou a importar armamentos dos EUA, mesmo em meio a uma crise interna estadunidense sobre a produção de caças. Além disso, o país também passou a cooperar com Israel para melhorar sua capacidade de defesa e se preparar para um possível ataque do Irã ao país.

Nenhuma dessas conquistas poderia ser explicada utilizando somente paradigmas clássicos das RI, como o Realismo ou o Liberalismo. Os EAU enquanto pequeno estado não poderia convencer Israel ou mesmo os EUA a entrarem em colaboração com o primeiro se se baseasse apenas em recursos físicos. Embora não sejam um país pobre, os EAU não possuem capacidade bélica ou econômica suficientes para constranger outro país a alguma ação desejada e, daí a riqueza e utilidade da teoria de Busca de Status, explicar como Estados menores atuam no SI e, muitas vezes, se beneficiam nessas tratativas.

Durante a revisão bibliográfica surgiram, também, textos que sugeriam que uma aliança com Israel impediria a ascensão dos Emirados enquanto líder regional, uma vez que a Palestina, nação árabe, disputa há anos uma porção do território ocupado pelo estado israelense. Contudo, o que se percebeu é que boa parte do mundo árabe aceitou com entusiasmo a aproximação entre os dois países e que a tendência é de uma proximidade cada vez maior da Liga Árabe com Israel, assim como de uma tolerância cada vez maior da população *emirati* ao relacionamento com o vizinho israelense.

Com o nascimento de novas gerações que não acompanharam o ápice do conflito Israel-Palestina, o sentimento anti-israelita vem se enfraquecendo. Junto às mudanças no perfil dos líderes do país, questões econômicas e de desenvolvimento social se sobrepõem às primeiras ideias sobre um mundo árabe unido. Além disso, o sentimento nacional *emirati* cresce cada vez mais dentro do país, também auxiliado pelas políticas do governo criadas com esse intuito.

Por fim, espera-se ter contribuído em algum grau para a produção acadêmica em RI voltada para o protagonismo de pequenos estados no Sistema Internacional e sua importância para o seu funcionamento, ou nas palavras de Kofi Annan, ex secretário-geral da ONU ajudar a demonstrar como esses pequenos países "são a própria cola da cooperação internacional".

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABU-LUGHOD, Lila. Dialects of Women's Empowerment: The International Circuitry of the Arab Human Development Report 2005. **International Journal of Middle East Studies**, v.41, n.1, 2009, p. 83-103. DOI:

<<https://doi.org/10.1017/S0020743808090132>>.

ABRAHAM Accords. 15 de set. de 2020. Disponível em:

<https://www.state.gov/wp-content/uploads/2020/09/UAE_Israel-treaty-signed-FINAL-15-Sept-2020-508.pdf>. Acesso em: 27 de set. de 2023.

ANNAN, Kofi. Secretary-General Lauds Role of Small Countries in Work Of United Nations, Noting Crucial Contributions. **UN Press**, 1998. Disponível em:

<<https://press.un.org/en/1998/19980715.sgsm6639.html>>. Acesso em: 06 de nov. de 2023.

BAXTER, Pamela, JACK, Susan. Qualitative Case Study Methodology: Study Design and Implementation for Novice Researchers. **The Qualitative Report**, v.13, n.4, 2008, p.544-559. DOI: <<https://doi.org/10.46743/2160-3715/2008.1573>>.

BRAUN Virginia; CALRKE Victoria. **Successful Qualitative Research: A Practical Guide for Beginners**. 1 ed. London: SAGE Publications, 2013.

CARVALHO, Benjamin; Brasil: Endelig en stormakt eller for evig fremtidens land? **Internasjonal Politikk**, v.69, n.2, 2011, p.293-300.

CARVALHO, Benjamin; NEUMANN, Iver B. **Small States and Status Seeking: Norway's Quest for Higher Standing**. Oxon: Routledge, 2014, p. 1-21.

CARVALHO PINTO, Vânia. Em busca de status: a participação dos Emirados Árabes na missão ISAF-Afeganistão da OTAN. **Entre filosofia, história e relações internacionais: Escritos em homenagem a Estevão de Rezende Martin**. São Paulo: Liber Ars, 2017.

CARVALHO PINTO, Vânia. From "Follower" to "Role Model": The Transformation to the UAE's International Self-Image. **Journal of Arabian studies: Arabia, the Gulf and the Red Sea**, v. 4, n. 2, 2014, p. 231-243. DOI:

<<http://dx.doi.org/10.1080/21534764.2014.974858>>.

CARVALHO PINTO, Vânia. Signalling for Status: UAE and Women's Rights.

Contexto Internacional, v.41, n.2, 2019, p.345-364. DOI:

<<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-8529.2019410200006>>. Acesso em: 01 de nov. de 2023.

CLUNAN, Anne. Why Status Matters em World Politics. em: PAUL, Thazha Varkey, LARSON, Deborah WOHLFORTH, William C. **Status in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014, p. 273-296.

COSTA, António Pedro; REMONDES Jorge; RIBEIRO, Diamantino José Teixeira. Comunicação governamental: o exemplo do ministério da felicidade dos Emirados Árabes Unidos. **Âmbitos: Revista Internacional de Comunicación**, n.44, p. 54-72, 2019. DOI: <<http://dx.doi.org/10.12795/Ambitos.2019.i44.04>>. Acesso em 18 de nov. de 2023.

DUQUE, Marina Guedes. Recognizing International Status: A Relational Approach. **International Studies Quarterly**, v.62, n.2, 2018, p.577-592. DOI: <<https://doi.org/10.1093/isq/sqy001>>.

FULTON, Jonathan; YELLINEK, Roie. **UAE-Israel diplomatic normalization: a response to a turbulent Middle East region**, Comparative Strategy. 2021. DOI: <<https://doi.org/10.1080/01495933.2021.1962200>>.

GILPIN, Robert. War and Change in World Politics. New York: Cambridge University Press, 1981 em LAZZARI, Paula. **A Política Norueguesa para o Ártico e a Busca de Status Internacional**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, 2020.

GLASER, Barney G; Staruss Anselm L. Strategies for Qualitative Research

GUIRADO, Javier; TERÁN, Ignacio Gutiérrez de. **Emiratos Árabes Unidos en Oriente Medio: Antiislamismo, militarismo y estrategia de presión múltiple**. Revista Española de Ciencia Política, n.56, p. 71-96. DOI: <<https://doi.org/10.21308/recp.56.03>>. Acesso em: 18 de nov. de 2023.

HOLBRAAD, Carsten. The Role of Middle Powers. **Cooperation and Conflict**, v.6, n.2, , 1971, p. 77–90. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/45082994>>. Acesso em 06 de nov. de 2023.

HOLMES, Oliver. UAE, Bahrain and Israel sign historic accords at White House event. **The Guardian**. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2020/sep/15/uae-bahrain-and-israel-sign-historic-accords-at-white-house-event-formal-relations-trump-netanyahu>>. Acesso em: 4 de dez. de 2023.

JAKOBSEN, Peter Viggo; RINGSMOSE, Jens; SAXI; Håkon Lunde. Prestige-seeking small states: Danish and Norwegian military contributions to US-led operations. **European Journal of International Security**, v.3, n.2, 2018, p.256-277.

KANG, David Chan-oong; WOLHLFORTH, William Curti. Hypotheses on Status Competition. **Annual Meeting of the American Political Science Association**. Toronto, 2009.

KALPOKAITE, Neringa; RADIVOJEVIC, Ivana. Demystifying Qualitative Data Analysis for Novice Qualitative Researchers. **The Qualitative Report**. Madrid, v.24, n.13, p.44-57, 2019. DOI: <<https://doi.org/10.46743/2160-3715/2019.4120>>.

LARSON, Deborah Welch; PAUL, Thazha Varkey; WOLHLFORTH, William Curti. **Status in World Politics**. 1 ed. New York: Cambridge University Press, 2014.

LARSON, Deborah Welch; SHEVCHENKO, Alexei. **Quest for Status: Chinese and Russian foreign policy**. New Haven e London: Yale University Press, 2019.

LARSON, Deborah Welch; SHEVCHENKO, Alexei. Russia says no: Power, status, and emotions in foreign policy. **Communist and Post-Communist Studies**, v.47, n.3-4, 2014, p.1-11. DOI: <<https://doi.org/10.1016/j.postcomstud.2014.09.003>>.

LARSON, Deborah Welch; SHEVCHENKO, Alexei. Status Seekers : Chinese and Russian Responses to U.S. Primacy. **International Security**, v.34, n. 4, 2010, p.63-95.

LAZZARI, Paula. **A Política Norueguesa para o Ártico e a Busca de Status Internacional**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, 2020.

MAIER, Friedrich. A Revolução da Informação e o Poder Cibernético: um Mapeamento Conceitual na Obra de Joseph S. Nye Jr. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v.14, n.1, p.1-34. DOI: <<https://doi.org/10.36311/1415-8612.2014.v14n1.6345>>.

NEUMANN, Iver Brynild. Status is Cultural: Durkheimian Poles and Weberian Russians Seek Great-Power Status in LARSON, Paul Deborah; WOHLFORTH, William. **Status and World Order**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014, p.85-114.

NYE, Joseph. **O Paradoxo Do Poder Americano**: por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada. Tradução: Luiz Antonio Oliveira de Araujo. São Paulo: Unesp, 2002.

OLIVEIRA, Sidinei Rocha de; PICCININ, Valmiria Carolina. Validade e reflexividade na pesquisa qualitativa. **Cadernos EBAPE.BR**, v.7, n.1, p.87-98, 2009. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S1679-39512009000100007>>.

ROTUNNO, Lorenzo; VÉZINA, Pierre-Louis. Israel's Open-Secret Trade. **HAL open science**, 2016. Disponível em: <<https://shs.hal.science/halshs-01384373>>. Acesso em: 29 de out. de 2023.

SINGER, Joel. Introductory Note To The Abraham Accords: Normalization Agreements Signed by Israel With The U.A.E., Bahrain, Sudan, and Morocco. **International Legal Materials**. Cambridge University Press. v.60, n.3, 2021. DOI: <<https://doi.org/10.1017/ilm.2021.18> [Opens in a new window]>.

THE WORLD ECONOMIC FORUM. The Global Gender Gap Report 2023
SALDAÑA, Johnny. **The Coding Manual for Qualitative Researchers**. 2 ed. London: SAGE, 2013.

ULRICHSEN, Kristian Coates. Emiratos Árabes Unidos: Motores y Coordinadas de la Política Exterior. **Anuario Internacional CIDOB 2020**. Disponível em: <<https://raco.cat/index.php/AnuarioCIDOB/article/view/373994/467515>>. Acesso em: 18 de nov. de 2023.

ULRICHSEN, Kristian Coates. **Israel and the Arab Gulf States: Drivers And Directions Of Change**. James A. Baker III Institute, 2016.

VASCONCELOS, Ana Sofia Godinho. **A política internacional e a dicotomia religiosa: o caso do estado de Israel e dos Emirados Árabes Unidos**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração, Centro Universitário de Lisboa, 2023.

WEISS, Martin A. Arab League Boycott of Israel. **Congressional Research Service**, 2007. Disponível em:

<<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiumZ3usoKCAxURILkGHUQ9DyQQFnoECAkQAQ&url=https%3A%2F%2Fsgp.fas.org%2Fcrs%2Fmideast%2FRL33961.pdf&usg=AOvVaw39xEIfxpGXyfnvKO8tMsyn&opi=89978449>>. Acesso em: 7 de mai. de 2023.

WEISS, Yoram; FERSHTMAN, Chaim. Social status and economic performance: A survey. **European Economic Review**, v.42, 1998, p.801-820.. DOI:

<<https://doi.org/10.1016/>>. S0014-2921(97)00137-2.

UAE EMBASSY. Women in the UAE. Disponível em:

<<https://www.uae-embassy.org/discover-uae/society/women-in-the-uae>>. Acesso em: 20 de nov. de 2023.